



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 15 de junho de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,08% São Paulo	120.767	R\$ 5,382 (+ 0,25%)	R\$ 1.412	R\$ 5,761	10,40%	10,43%	Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46
0,15% Nova York	11/6 12/6 13/6 14/6	10/junho 5,356 11/junho 5,361 12/junho 5,406 13/junho 5,368					

## EDUCAÇÃO

# MEC amplia oferta, mas greve é mantida

Ministério propõe revogar portaria que elevou a carga horária mínima semanal para professores. Sindicatos avisam, porém, que a paralisação continua até a realização de assembleias na próxima semana. Impasse salarial permanece

» MAYARA SOUTO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Governo anuncia R\$ 5,5 bi para obras e novos campi universitários. Presidente Lula esteve em reunião na manhã de hoje com reitores.

A semana começou com uma expectativa de que o presidente Lula faria um gesto decisivo para encerrar a greve nas universidades e nos institutos federais, que se arrasta há meses. Na segunda-feira, o presidente da República anunciou reforço no PAC da Educação e ampliou as verbas para as instituições de ensino superior. Encerrada a semana, a medida parece não ter surtido efeito.

Ontem, em mais uma rodada de negociação com os grevistas, o governo federal fez nova oferta, porém sem alterar as recomposições salariais apresentadas até aqui. O Ministério da Educação (MEC) se comprometeu a revogar a Portaria nº 983/2020, que elevou a carga horária mínima semanal dos docentes, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A normativa prevê o mínimo de 10h semanais para servidores de meio período da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de 14 horas para quem tiver contrato em tempo integral. Até então, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) era usada para regulamentar a jornada de trabalho da classe. Nela, a carga horária mínima é de 8 horas semanais para a educação superior.

A revogação ocorreria imediatamente após a assinatura do acordo para encerrar a greve. Além disso, foi proposto um Grupo de Trabalho para elaborar uma nova regulamentação sobre o assunto junto à categoria. A proposta agradou os representantes das categorias, mas os sindicatos deixaram claro: a greve continua. Somente na próxima semana, após assembleias, é que o movimento pode ser suspenso.

“A (revogação da) portaria é o nosso primeiro ganho, nosso primeiro marco, na revogação das medidas do governo [do ex-presidente da República Jair] Bolsonaro”, comentou Artemis Martins, coordenadora-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Para ela, a proposta é vantajosa. “(É) uma portaria que, mais do que estabelecer o aumento da nossa carga horária de trabalho mínima, descaracteriza a natureza da atividade docente ao nos impedir de fazer pesquisa, extensão e que possamos produzir ciência e tecnologia, o que também é nossa atribuição”, observou.

Além do Sinasefe, participam das negociações o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior públicas (Fasubra).

De acordo com o MEC, a reunião era para tratar de pautas não-orçamentárias, como progressão de carreira e a normativa. No entanto, o reajuste salarial de 4,5% ainda neste ano é uma das bases de reivindicação dos servidores.

Integrantes do Comando

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Esther Dweck: sindicatos esperam nova resposta sobre salários

Nacional da Greve insistem que não irão assinar acordo para terminar a paralisação se não houver reajuste de salário neste

ano. Ao **Correio**, representantes do Andes afirmam que o Ministério de Gestão e Inovação (MGI) se comprometeu em

analisar novamente a situação e dar uma nova resposta.

### Recomposição salarial

A última oferta do governo federal aos grevistas, feita em 27 de maio, prevê nenhum aumento em 2024, 9% em 2025 e mais 3,5% em 2026. Na ocasião, a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes) aceitou a negociação, contrariando as orientações do movimento unificado. Dois dias depois, o termo foi suspenso pela Justiça Federal e os três principais sindicatos do movimento afastaram a entidade das negociações.

Outro ponto chave para os grevistas é a recomposição orçamentária das instituições de ensino. Na última segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou R\$ 5,5 bilhões



**A (revogação da) portaria é o nosso primeiro ganho. É uma portaria que, mais do que estabelecer o aumento da nossa carga horária de trabalho mínima, descaracteriza a natureza da atividade docente ao nos impedir de fazer pesquisa”**

**Artemis Martins,**  
coordenadora-geral do Sinasefe

em recursos do MEC para obras de infraestrutura no ensino superior e a construção de dez novos campi de universidades e de oito novos hospitais universitários federais. O investimento integra o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A intenção do presidente era de que os grevistas colocassem fim à greve. No entanto, representantes das categorias explicaram ao **Correio** que, mesmo que haja o reajuste neste ano e eles aceitem o acordo com o governo, a decisão ainda será debatida em assembleias estaduais. Depois, uma última mesa de negociação firmará os compromissos assumidos pelo MEC e MGI. Há expectativa de que até o final da próxima semana já exista um posicionamento concreto acerca do aceite ou não da oferta do Executivo.

Segundo levantamento do Andes, pelo menos 50 universidades públicas estão paralisadas.

## Bancos declaram apoio a Haddad

A Febraban, entidade que representa os bancos, reafirmou nesta sexta-feira, 14, o apoio institucional ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em meio a preocupação com o mercado financeiro sobre a força do titular da pasta em levar adiante a agenda de ajuste das contas públicas. Após reunião de presidentes dos maiores bancos privados do País com Haddad, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, deu uma declaração à imprensa na qual ressaltou o compromisso do ministro em perseguir o equilíbrio fiscal, considerado como o único caminho para o País crescer de forma sustentável e

com juros mais baixos

Sidney disse que os banqueiros deixaram a reunião convencidos de que Haddad não só está engajado em buscar o equilíbrio das contas públicas, como mostra uma disposição firme em dialogar, em busca desse objetivo, tanto dentro do governo quanto com o Congresso Nacional.

O presidente da Febraban explicou que o encontro desta sexta foi o quarto de uma série de reuniões periódicas realizadas entre banqueiros do setor privado e o ministro da Fazenda desde o ano passado para tratar da conjuntura econômica.

Ele disse que a reunião desta sexta-feira não foi motivada pelos “últimos acontecimentos”, referindo-se aos questionamentos, que ganharam força ao longo da semana, sobre o compromisso do governo com as regras do arcabouço fiscal.

“Mas nós aqui estivemos também para reafirmar um apoio institucional ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, porque nós enxergamos nele todo o engajamento, uma determinação e uma firmeza na busca do equilíbrio fiscal”, afirmou Sidney.

Além de Isaac Sidney, participaram da reunião, que aconteceu

no gabinete da Fazenda na avenida Paulista, Luiz Trabuco presidente dos conselhos da Febraban e do Bradesco; André Esteves (BTG Pactual); Milton Maluhy (Itaú Unibanco); Marcelo Noronha (Bradesco) e Mário Leão (Santander).

Conforme Sidney, a Febraban se colocou à disposição para contribuir ao debate das medidas necessárias ao equilíbrio das contas públicas. “Essa direção passa por várias medidas que já estão sendo tomadas pelo atual governo e outras medidas que estão sendo discutidas, como a imprensa tem conhecimento”, comentou.

Washington Costa/Ministerio da Fazenda



Sidney: bancos veem firmeza na busca do equilíbrio fiscal

Fotógrafo/Lula Marques



Haddad: ministro mantém prestígio no setor financeiro